



**PARECER Nº 03/2019 - CEOF**

**Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 56/2016, que "Dispõe sobre alteração nº 769, de 30 de junho de 2008 que Reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal RPPS/DF e dá outras providências"**

**Autor: Deputado CRISTIANO ARAÚJO**

**Relatora: Deputada JAQUELINE SILVA**

*Relatoria AD-HOC do Apreciado  
Eduardo Pedrosa*

## **I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF o Projeto de Lei Complementar - PLC nº 56/2016, que propõe ampliar a licença maternidade concedida à segurada, quando o recém-nascido seja considerado deficiente, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2008.

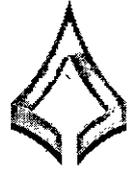
O art. 1º propõe a inclusão do art. 26-6, na Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, com a seguinte redação: "A segurada, cujo recém-nascido tenha algum dos impedimentos escritos no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2008, terá direito a licença-maternidade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo da remuneração, a contar do parto".

O Parágrafo Único prevê: "A deficiência será atestada por perícia médica própria do Governo do Distrito Federal".

O art. 2º dispõe: "O Poder Executivo, se necessário, destinará recursos orçamentários para a execução desta Lei".

No art. 17º, segue a cláusula de vigência.

Na justificação da proposição, o nobre autor aponta os graves efeitos que a microcefalia pode causar nos recém-nascidos. Defende que a posposta visa atenuar



os efeitos e dificuldades enfrentados pelas famílias que são afetadas por essa patologia.

O projeto foi aprovado sem emendas na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 31 de agosto de 2016.

No prazo regimental não foram apresentadas nenhuma emenda no âmbito desta CEOF.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal - RICLDF-, compete à CEOF analisar e manifestar de forma terminativa, quanto à adequação orçamentária e financeira, bem como emitir parecer sobre a repercussão orçamentária e financeira da proposta (RICLDF, art. 64, II, "a").

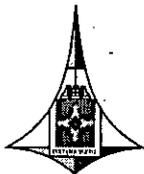
Entende-se como adequada a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual (LOA). Sujeitam-se obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou da despesa ou repercuta de qualquer modo sobre o Orçamento, significativamente, no que tange às Metas Fiscais.

Para se aferir a adequação orçamentária do PLC nº 56/2016, é preciso considerar que a proposta pretende alterar, para parte das servidoras do DF, o período de licença-maternidade atual de 180 dias, para 365 dias, podendo chegar até 545 dias (um ano e meio).

Apesar de ser um afastamento provisório, o afastamento de servidores do trabalho, sobretudo considerando todo o universo de servidores do Distrito Federal, pode gerar considerável impacto nos serviços públicos básicos, como saúde e educação, implicando na necessidade de contratação de pessoal.

Assim, o projeto sob análise, pode repercutir no orçamento do Distrito Federal, via aumento de despesa pública, devendo, nesse caso, observar aos arts. 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, LC na 101/2000, a seguir reproduzidos.

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos art. 16 e art. 17.*



*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

*§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.*

*§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 40, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.*

*§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

Nesse sentido, a aprovação **do PLC** na 56/2016 gera aumento de despesa, caracterizada como despesa corrente, obrigatória e continuada, devendo, portanto, estar acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

Sendo necessário demonstrar a origem dos recursos para seu custeio e comprovar que a despesa criada não afetará as metas de resultados fiscais, podendo seus efeitos financeiros ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. Entretanto, o projeto em tela não observou tais exigências, por isso, inadmissível quanto à adequação orçamentária e financeira.

Devido à inadmissibilidade da proposição, via afronta ao art. 17 da LRF, fica prejudicada a análise do mérito da medida proposta.

### III- VOTO



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA DEPUTADA JAQUELINE SILVA - PTB



Diante do exposto, vota-se no âmbito da CEOF, pela **INADMISSIBILIDADE do Projeto de Lei Complementar nº 56/2016**, com fundamento no art. 64, II, "c", do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em

**Deputado AGACIEL MAIA**  
*Presidente*

  
**Deputada JAQUELINE SILVA**  
*Relatora*

  
Dep. Eduardo  
Pedrosa  
Relator AD-HOC